


ficarão em adjunção junto à Prefeitura Municipal de Perdizes, sem ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 5º - Os órgãos próprios do Município, ficam autorizados a tomar as providências administrativas que se fizerem necessárias à execução da presente Lei.

Art. 6º - As despesas resultantes da execução desta lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento do Município.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Perdizes, 10 de dezembro de 1997.

  
Orlando Ferreira da Cunha  
Prefeito Municipal

Lei nº 1.178/97

"Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação e dá outras providências"

A Câmara Municipal de Perdizes, Minas Gerais, aprovou e o Prefeito Municipal, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Educação.

Art. 2º - Integram o Conselho Municipal de Educação,

I - O Conselho será constituído por membros de reconhecido Espírito Público e de interesse na área da Educação, dele participando representantes das seguintes entidades de classe:

- Do Magistério Oficial;
- Do Magistério Particular;
- De Associações Comunitárias legalmente constituídas;
- De Representantes de Pais e de alunos;
- Da OAB
- Da Câmara de Vereadores
- Da Associação Comercial
- De Técnico em orçamento e contabilidade pública
- De Técnico pedagogo da SME
- SIND - UTE

Parágrafo 1º - Os membros do conselho, serão escolhidos por seus pares e pelas entidades dele integrante, e serão nomeados pelo Prefeito.

Parágrafo 2º - O mandato dos membros do conselho será de 02 (dois) anos, sendo vedada a recondução, por mais de 02 (dois) mandatos consecutivos.

Parágrafo 3º - Os Membros do Conselho não serão remunerados por suas funções.

Parágrafo 4º - A eleição do Presidente do Conselho será por escolha de seus membros, via de processo eleitoral direto.

Parágrafo 5º - O Presidente do Conselho, uma vez

eleito, escolherá um outro membro para ser o secretário.

Art. 3º - Compete ao Conselho pronunciar-se sobre:

I - aplicação de recursos destinados à Educação;

II - plano municipal de educação;

III - regimento, calendários e currículos comuns

às escolas municipais;

IV - localização e ampliação da rede física;

V - relatório de atividades do Departamento

Municipal de Educação.

Parágrafo 1º - O Conselho Municipal de Educação acompanhará a realização do cadastro escolar para o recenseamento da população escolarizável propondo alternativas para seu atendimento;

Parágrafo 2º - Cabe ao Conselho promover a integração das redes de Ensino Municipal, Estadual, Federal e particular, no âmbito do município zelando pelo cumprimento de legislação à educação e ao ensino.

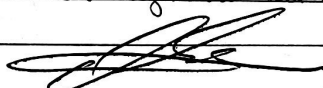
Art. 4º - As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas mensalmente, podendo haver convocação extraordinária, por solicitação de qualquer de seus membros.

Art. 5º - Os recursos para o Conselho deverão provenir de dotação orçamentária por parte do Poder Executivo Municipal, mas poderão vir também de repasses das entidades governamentais e não-governamentais.

Art. 6º - O Regimento interno do Conselho Municipal de educação deverá disciplinar o seu funcionamento, atendendo aos princípios postos nesta lei, sendo editado até 120 (cento e vinte) dias após a publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pondiz, 10 de dezembro de 1997.



Orlando Ferreira da Cunha  
Prefeito Municipal

Lei nº 1.179/97

"Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de acompanhamento e controle social do fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Pondiz, Minas Gerais, aprovou, e o Prefeito Municipal, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de acompanhamento e controle social do fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério.